



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CANOAS em 23.03.2015

No dia 23 do mês de março de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Canoas a Excelentíssima Senhora CARMEN GONZALEZ, Desembargadora Vice Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000614-47.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro SIMONE OLIVEIRA PAESE, pelo Coordenador TIAGO RUSCHEL e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da última correição realizada: 14.05.2014
Jurisdição: Canoas e Nova Santa Rita

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 24.03.2015

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Simone Oliveira Paese	2ª Vara do Trabalho de Canoas

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Canoas gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

				Data de Exercício na Unidade Judiciária
Servidor	Cargo	Função		
1	Tiago Ruschel	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	Coordenador-CJ1 (desde 12.02.2014)	12.02.2014
2	Douglas Hartmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente – FC04	02.05.2007
3	Claudio Luis Wolf	Analista Judiciário – Área Administrativa	Assistente – FC02	03.11.2010
4	Barlese Santo Freitas De Oliveira*	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	08.11.1993
5	Diego Santos De Quadros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	05.06.2012
6	Giovani Feron*	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	22.11.2010
7	Maria Tereza Paredes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.11.2005
8	Pedro Francisco Hartmann*	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	16.07.2012
9	Vanderlei Dos Santos Lima*	Técnico Judiciário – Especialidade Segurança	-	09.02.1999
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor	Cargo	Função		Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Alexandre Silveira Castro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.02.2013
2	Cintia Cristina Do Amaral Pires Cannavo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	06.02.2008
3	Delbio Correa Bonini	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.02.2015



4	Fabiana Pandolfo Cherubini	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	20.01.2014
5	Giovani Paim Dutra	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	15.12.2005
6	Hervison Barbosa Soares	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	04.03.2010
7	Joeli Canez Braga	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.05.2009
8	Pedro Alexandre Kuhn	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.11.2011

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

* Servidor ocupa cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança sem a percepção de função comissionada para trabalho na Secretaria, não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Tiago Ruschel	Curso ou Evento	06
		Curso Parcial	01
		Licença Paternidade	05
2	Douglas Hartmann	Curso ou Evento	02
		Curso Parcial	01
3	Claudio Luis Wolf	Curso ou Evento	03
		Curso Parcial	01



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Barlese Santo Freitas De Oliveira	Curso ou Evento	09	16 dias
		Dispensa de Ponto	05	
		Doença em Pessoa da Família	01	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	01	
5	Diego Santos De Quadros	Curso ou Evento	02	3 dias
		Curso Parcial	01	
6	Giovani Feron	Curso ou Evento	09	9 dias
7	Maria Tereza Paredes	Licença para Tratamento de Saúde	258	263 dias
		Licença para Tratamento de Saúde - Odonto	05	
8	Pedro Francisco Hartmann	Curso Parcial	09	9 dias
9	Vanderlei Dos Santos Lima	Curso Parcial	09	18 dias
		Doença em Pessoa da Família	09	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
Servidor		Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Alexandre Silveira Castro	Curso ou Evento	04	20 dias
		Curso Parcial	01	
		Licença para Tratamento de Saúde	15	
2	Cintia Cristina Do Amaral Pires Cannavo	Curso ou Evento	02	3 dias
		Curso Parcial	01	
3	Joeli Canez Braga	Curso ou Evento	01	9 dias
		Falecimento de Pessoa da Família	08	
4	Pedro Alexandre Kuhn	Licença para Tratamento de Saúde	08	8 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Sandro Da Silva Lima	06.03.2014	10.06.2014	3 meses e 4 dias	Lotação na Assessoria de Gestão de Mudanças – Assistente



					(FC05)
Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Ana Paula Lourenco De Lima Garcez	09.01.2006	17.02.2015	9 anos, 1 mês e 8 dias	Lotação na Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

2.2.5. Estagiários:

As Unidades Judiciárias correccionadas não possuem Estagiários de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015.

2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total	
1	Tiago Ruschel*	20 horas	10 horas	20 horas	50 horas
2	Douglas Hartmann	0 horas	0 horas	146 horas	146 horas
3	Claudio Luis Wolf	0 horas	0 horas	28 horas	28 horas
4	Barlese Santo Freitas De Oliveira	20 horas	0 horas	41 horas	61 horas
5	Diego Santos De Quadros	0 horas	0 horas	20 horas	20 horas
6	Giovani Feron	0 horas	0 horas	36 horas	36 horas
7	Maria Tereza Paredes	-	-	-	-
8	Pedro Francisco Hartmann	0 horas	0 horas	86 horas	86 horas
9	Vanderlei Dos Santos Lima	0 horas	0 horas	36 horas	36 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total	
1	Alexandre Silveira Castro	10 horas	0 horas	79,5 horas	89,5 horas
2	Cintia Cristina Do Amaral Pires Cannavo	40 horas	0 horas	106 horas	146 horas
3	Delbio Correa Bonini	0 horas	0 horas	55 horas	55 horas
4	Fabiana Pandolfo Cherubini	0 horas	0 horas	5 horas	5 horas
5	Giovani Paim Dutra	30 horas	0 horas	61 horas	91 horas



6	Hervison Barbosa Soares	0 horas	0 horas	7 horas	7 horas
7	Joeli Canez Braga	20 horas	0 horas	131 horas	151 horas
8	Pedro Alexandre Kuhn	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.03.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	3.347	R\$ 18.509,07	R\$ 0,00
Média mensal – 2013	278,92	R\$ 1.542,42	R\$ 0,00
2014	2.805	R\$ 15.511,65	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	233,75	R\$ 1.292,64	R\$ 0,00
Varição 2013-2014	-16,19%	-16,19%	-
2015 (até janeiro)	182	R\$ 1.011,90	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 13.03.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 233,75 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014. Em relação ao ano anterior, registrou-se queda 16,19% na média de certidões expedidas mensalmente.

Em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no momento da solicitação, conforme informado pelo Coordenador. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são enviados ao arquivo do Foro, onde permanecem por 180 dias.

3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total



Reclamadas	18.798 – 44,61%	23.340 – 55,39%	42.138
Processos com reclamadas	106.081 (totalmente) – 79,88%	21.361 – 16,09%	132.795
	5.353 (parcialmente) – 4,03%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. A tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 29.7.2013 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), e, consoante disciplinado pelas Portarias Conjuntas TRT4 nº 5.134/2013 e TRT4 nº 4.399/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada quando as Varas do Trabalho solicitam, fornecendo dados que possam ensejar a unificação, bem como quando informada pela Corregedoria Regional alteração/unificação de cadastro de empresas no PJe.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 18.03.2015, 44,61% das reclamadas do Foro Trabalhista de Canoas encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 79,88% dos processos que tramitam no Foro. Não se constata evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2014, quando os percentuais alcançavam 44,35% de reclamadas unificadas e 79,86% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		11.030 - 49,74%	11.146 – 50,26%	22.176
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	97.904 (totalmente) – 73,73%	34.419 – 25,92%	132.795
		472 (parcialmente) – 0,36%		
	Reclamada	107.739 (totalmente) – 81,13%	19.913 – 15%	132.792
		5.140 (parcialmente) - 3,87%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 49,74% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Canoas encontravam-se unificados, restando 11.146 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de



reclamantes e de reclamadas vinculados se encontravam totalmente unificados representavam, respectivamente, 73,73% e 81,13%.

Na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2014, quando constatada a existência de 11.151 endereços de advogados com cadastro não unificado na Comarca, a Unidade Judiciária não apresentou evolução.

3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Órgãos	1.645 – 94,87%	89 – 5,13%	1.734
Processos com Órgãos	24.893 – 99,30%	175 – 0,70%	25.068

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.03.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, 94,87% do cadastro de órgãos do Foro de Canoas se encontra unificado, não se verificando evolução em relação aos dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2014, quando havia 1.638 Órgãos unificados (94,85%) no cadastro da Comarca.

3.3. CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev.)
Ação Anulatória	4	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	9	0	-100,00%	6
Ação Civil Coletiva	0	0	-	0
Ação Civil Pública	3	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	2	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	67	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	13	0	-100,00%	0
Ação de indenização	53	0	-100,00%	0
Ação declaratória	4	0	-100,00%	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	0	0	-	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	11	0	-100,00%	0
Carta de sentença	22	11	-50,00%	3
Carta precatória	807	0	-100,00%	0
Carta rogatória	1	0	-100,00%	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	42	7	-83,33%	2
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	3	0	-100,00%	0
Inquérito	1	0	-100,00%	0
Mandado de segurança	1	0	-100,00%	0
Outros	4	1	-75,00%	0
Protesto	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	3.731	29*	-99,22%	5
Reclamatória-sumaríssimo	497	9*	-98,19%	3
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	1	0	-100,00%	0
TEE ajuste de conduta MPT	1	0	-100,00%	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	8	6	-25,00%	0
TOTAL	5.286	63	-98,81%	19
MÉDIA POR MÊS	440,50	5,25	-98,81%	9,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.03.2015)

No ano de 2014, foram cadastrados 63 processos físicos no sistema informatizado (inFOR) no Foro Trabalhista de Canoas, correspondendo a 5,25 cadastramentos por mês, em média. Necessário destacar, considerando a implantação do PJe-JT em 29-7-2013, que os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2014 referem-se, em parte, a petições iniciais vinculadas a processos físicos ainda em tramitação (v.g., cartas de sentença, embargos de terceiro) e, em parte, a processos físicos arquivados com dívida (reclamatória-ordinário* e reclamatória-sumaríssimo*) que, em decorrência de redistribuição, ingressam no acervo da Unidade Judiciária.

Com relação a reclamações verbais, informou o Coordenador que ocorrem em média de uma por semana. As relativas a curto período de contrato e/ou pedido simples e objetivo são reduzidas a termo pelo Coordenador. Quando o contrato questionado abrange período importante e os



pedidos são mais complexos a parte é orientada a procurar a assistência judiciária do sindicato de sua categoria profissional e/ou prestada pelas Universidades.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados								
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	15.821	17.671	17.293	13.824	16.636	81.245	233	348,69
2014	9.779	10.355	10.822	9.211	9.852	50.019	233	214,67
Varição 2013-2014	-38,19%	-41,40%	-37,42%	-33,37%	-40,78%	-38,43%	0,00	-38,43
2015 (até fev.)	371	485	448	337	396	2.037	35	58,2

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.03.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que a Unidade Judiciária protocolou 50.019 petições e documentos em 2014, o que corresponde, em média, a 214,67 protocolos por dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se queda de 38,43% na média de petições e documentos protocolados.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo foi recentemente deslocado para a área recém-construída do Foro. Ainda assim, há necessidade de manter autos fora dessa área por falta de espaço. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa ao arquivo.

Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontra-se organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 126 guias de arquivamento pela 1ª Vara do Trabalho, 89 guias pela 2ª Vara do Trabalho, 112 guias pela 3ª Vara do Trabalho, 100 guias pela 4ª Vara do Trabalho e 107 guias pela 5ª Vara do Trabalho, totalizando 534 guias de arquivamento no ano.



Esclareceu o Coordenador que há muitos pedidos de desarquivamento de processos e, em decorrência, grande quantidade de processos para serem novamente guardados, além de lote aguardando remessa para o arquivo centralizado.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0109400-23.1999.5.04.0203	15.09.2014	25.09.2014	5 meses e 23 dias
0171400-96.1998.5.04.0202	30.09.2014	10.10.2014	5 meses e 8 dias
0161600-60.2006.5.04.0203	30.09.2014	10.10.2014	5 meses e 8 dias
0001517-97.2011.5.04.0202	22.10.2014	03.11.2014	4 meses e 15 dias
0116100-94.1994.5.04.0201	16.01.2015	30.01.2015	1 mês e 18 dias
0000095-90.2011.5.04.0201	06.02.2015	18.02.2015	1 mês
0001579-37.2011.5.04.0203	06.02.2015	18.02.2015	1 mês
0001534-36.2011.5.04.0202	10.02.2015	20.02.2015	28 dias
0000450-26.2013.5.04.0203	11.02.2015	23.02.2015	25 dias
0000975-13.2010.5.04.0203	19.02.2015	02.03.2015	16 dias
0070000-52.1992.5.04.0201	20.02.2015	04.03.2015	14 dias
0005100-35.2007.5.04.0201	23.02.2015	05.03.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 12 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

Segundo informação do Coordenador, os autos estão sendo cobrados por telefone, e ante a inércia dos procuradores que os retiraram em carga, serão encaminhados pedidos às Varas a que vinculados para que adotem procedimento formal de cobrança.



4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Canoas está dividida em 8 (oito) setores, consoante a especificação abaixo.

Setor 1 – Oficial de Justiça Joeli Canez Braga

Setor 2 – Oficial de Justiça Fabiana Pandolfo Cherubini

Setor 3 – Oficial de Justiça Alexandre Silveira Castro

Setor 4 – Oficial de Justiça Cintia Cristina do Amaral Pires Cannavo

Setor 5 – Oficial de Justiça Pedro Alexandre Kuhn

Setor 6 – Oficial de Justiça Giovani Paim Dutra

Setor 7 – Oficial de Justiça Delbio Corrêa Bonini

Setor 8 – Oficial de Justiça Hervison Barbosa Soares

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 6 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

A distribuição dos mandados aos oficiais de justiça ocorre semanalmente. Os mandados recebidos durante o período de plantão são distribuídos ao oficial de justiça da escala, que é informado por telefone. Os mandados classificados como urgentes são distribuídos no dia do recebimento para o oficial responsável pelo setor em que o mandado será cumprido. O oficial de justiça é comunicado, por e-mail, quanto à existência do mandado urgente.

O cumprimento dos mandados é feito com brevidade e o exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é realizado pelo Coordenador da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Após essa análise, o mandado é devolvido à Unidade Judiciária.



O Coordenador relatou a dificuldade de manter o controle dos mandados no PJe, porque não ficam registros do dia em que foi encaminhado pela Vara do Trabalho, distribuído ao oficial de justiça, cumprido, etc.

4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento – PROCESSOS FÍSICOS							
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	Total	Média mensal
2013	1.014	1.083	1.036	986	1.143	5.262	438,50
2014	444	372	469	376	499	2.160	180,00
Variação 2013-2014	-56,21%	-65,65%	-54,73%	-61,87%	-56,34%	-58,95%	-58,95%
2015 (até fev.)	30	26	44	61	74	235	117,50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.03.2015)

Considerando exclusivamente os processos físicos (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de Canoas em **29.7.2013**), a Central de Mandados de Canoas recebeu, em **2014**, das cinco Varas do Trabalho **2.160** mandados para cumprimento, representando queda de 58,95% na demanda na comparação com o ano de 2013.

Em relação aos mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos (PJe), não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos.

Todavia, considerando aqueles ‘cumpridos’, foram 3.678 mandados em 2014, resultando na média mensal de 306,5.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico, a média mensal de mandados recebidos, que em 2013 era de 438,50, aumentou para 486,5 em 2014.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev.)
Busca e Apreensão	56	23	-58,93%	3



Citação	703	395	-43,81%	27
Condução de Testemunha	39	23	-41,03%	1
Notificação	2.756	788	-71,41%	46
Penhora	1.345	721	-46,39%	70
Outros	393	278	-29,26%	11
Total	5.292	2.228	-57,90%	158

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.03.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até fev.)
Notificação	375	2.568	584,80%	538
Mandado	240	1.048	336,67%	224
Ofícios	3	62	1966,67%	15
Total	618	3.678	495,15%	777

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)

Em 2014, foram cumpridos **5.906** mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, dos quais 2.228 de processos físicos e 3.678 de processos eletrônicos. No ano de 2013 foram cumpridos 5.910 mandados (sendo 5.292 de processos físicos e 618 de processos eletrônicos), não tendo havido, portanto, alteração significativa no número total de mandados cumpridos de 2013 para 2014 (diferença de apenas 4 mandados, ou queda de 0,07%).

Considerando o número de mandados recebidos das Varas em 2014, oriundos exclusivamente de processos físicos (item 4.3.1 – 2.160 mandados), foram cumpridos 68 mandados a mais do que os recebidos no mesmo lapso, refletindo redução do estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2014 para 2015. Com relação aos processos eletrônicos, o sistema não informa o total de mandados recebidos ainda não cumpridos.

Essa circunstância interfere também na avaliação da produtividade dos oficiais de justiça. Considerados exclusivamente os mandados gerados em processos físicos, em 2014 foram cumpridos 3.064 mandados a menos que em 2013 (- 57,90%), o que se explica na medida que o processo eletrônico foi implantado no Foro em julho de 2013.

Com relação aos tipos de mandados cumpridos pela Central de Mandados em 2014, as notificações apresentaram o maior número (3.356), seguidas daqueles classificados no PJe como “mandado” (1.048), e que não distinguem entre penhora, citação, condução de testemunha, etc.



4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até fev.)
Busca e Apreensão	11,89	19,78	66,34%	66,67
Citação	20,18	21,19	5,03%	31,00
Condução de Testemunha	21,08	14,52	-31,10%	27,00
Notificação	11,97	13,85	15,72%	22,41
Penhora	40,17	33,89	-15,63%	45,26
Outros	13,68	24,27	77,41%	28,55
Prazo médio geral	20,42	23,01	12,66%	35,30

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 18.03.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até fev.)
Notificação	9,85	14,09	43,03%	11,39
Mandado	17,31	30,64	77,00%	13,88
Ofícios	13,00	17,31	33,13%	13,93
Total	12,76	18,86	47,77%	12,16

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)

O cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos pela Central de Mandados de Canoas passou de 20,42 dias em 2013 para 23,01 dias em 2014. O aumento dos prazos é verificado em quase todas as espécies de mandado, exceto nos de condução de testemunha e de penhora. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que o prazo dos relativos à penhora é o mais moroso, consumindo, em média, 33,89 dias para cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores. Em contrapartida, o cumprimento mais célere é verificado na condução de testemunha (14,52 dias) e nas notificações (13,85 dias).

Quanto aos mandados de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores também aumentou, de 12,76 dias em 2013 para 18,86 dias em 2014. Dentre esses, o maior aumento foi registrado naqueles classificados como “mandado” (+77%). As notificações são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (14,09 dias).



4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até fev.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	17	30,36%	14	60,87%	3	100,00
Citação	319	45,38%	235	59,49%	14	51,85
Condução de Testemunha	29	74,36%	13	56,52%	1	100,00
Notificação	812	29,46%	280	35,53%	12	26,09
Penhora	771	57,32%	506	70,18%	50	71,43
Outros	95	24,17%	159	57,19%	6	54,55
Total Geral	2.043	38,61%	1.207	54,17%	86	54,43

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.03.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até fev.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	176	46,93%	1.311	51,05%	172	31,97%
Mandados	150	62,50%	773	73,76%	86	38,39%
Ofícios	3	100,00%	34	54,84%	8	53,33%
Total	329	53,24%	2.118	57,59%	266	34,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 1.207 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, o que corresponde a 54,17% de todos os mandados cumpridos. O índice é elevado e demonstra piora no desempenho em relação aos dados de 2013, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 38,61%.



Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônico, observa-se que foram devolvidos 2.118 mandados com atraso em 2014, equivalente a 57,59% de todos os mandados cumpridos.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Canoas.

ALEXANDRE SILVEIRA CASTRO – Processos Físicos						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	17	17	02	02	00	00
Citação	86	86	19	31	03	03
Condução de Testemunha	03	03	02	04	00	00
Notificação	540	539	31	36	01	03
Penhora	144	143	54	87	04	05
Outros	56	56	11	11	03	01
Total	846	844	119	171	11	12

ALEXANDRE SILVEIRA CASTRO - Processos Eletrônicos (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	48		246		18	
Mandado	18		123		07	
Ofício	00		09		00	
Total	66		378		25	

CINTIA CRISTINA DO AMARAL PIRES CANNAVO – Processos Físicos						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	01	01	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Citação	97	101	13	16	03	00
Condução de Testemunha	01	01	05	05	00	00
Notificação	292	303	52	58	03	01
Penhora	208	208	45	72	10	02
Outros	58	58	30	31	00	01
Total	665	680	146	183	16	04

CINTIA CRISTINA DO AMARAL PIRES CANNAVO - Processos Eletrônicos (PJe-JT)

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	64		278		39	
Mandado	36		104		07	
Ofício	02		05		00	
Total	102		387		46	

DELBIO CORREA BONINI – Processos Físicos

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	00	00
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	00	00
Penhora	00	00	00	00	00	00
Outros	00	00	00	00	00	00
Total	00	00	00	00	00	00

DELBIO CORREA BONINI - Processos Eletrônicos (PJe-JT)

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	-		-		68	
Mandado	-		-		18	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ofício	-	-	04
Total	-	-	90

FABIANA PANDOLFO CHERUBINI – Processos Físicos

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	04	04	00	00
Citação	00	00	42	56	03	02
Condução de Testemunha	00	00	03	03	00	00
Notificação	00	00	41	54	05	03
Penhora	00	00	69	108	04	01
Outros	00	00	21	20	03	01
Total	00	00	180	245	15	07

FABIANA PANDOLFO CHERUBINI - Processos Eletrônicos (PJe-JT)

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos
Notificação	-		369		00	
Mandado	-		163		81	
Ofício	-		15		36	
Total	-		547		02	

GIOVANI PAIM DUTRA – Processos Físicos

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	01	00	01
Citação	106	101	20	37	02	01
Condução de Testemunha	03	03	02	02	00	00
Notificação	291	300	58	71	06	04



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Penhora	197	200	43	72	04	03
Outros	31	32	33	39	01	01
Total	628	636	158	222	13	10

GIOVANI PAIM DUTRA - Processos Eletrônicos (PJe-JT)

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	55		267		58	
Mandado	32		124		23	
Ofício	00		00		00	
Total	87		391		81	

HERVISON BARBOSA SOARES – Processos Físicos

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	04	05	00	01
Citação	59	58	26	39	03	01
Condução de Testemunha	06	06	00	03	00	01
Notificação	258	269	36	51	01	00
Penhora	175	190	57	87	03	09
Outros	39	41	08	11	01	00
Total	546	573	131	196	08	12

HERVISON BARBOSA SOARES - Processos Eletrônicos (PJe-JT)

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	66		388		74	
Mandado	39		130		24	
Ofício	01		13		00	
Total	106		531		98	



JOELI CANEZ BRAGA – Processos Físicos						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	11	11	00	00	00	00
Citação	149	150	23	29	02	09
Condução de Testemunha	05	05	00	00	00	00
Notificação	553	552	47	54	07	07
Penhora	212	211	58	83	10	22
Outros	78	78	09	10	01	02
Total	1008	1007	137	176	20	40

JOELI CANEZ BRAGA - Processos Eletrônicos (PJe-JT)						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Devolvidos		Devolvidos		Devolvidos	
Notificação	58		255		57	
Mandado	49		119		43	
Ofício	00		02		04	
Total	107		376		104	

PEDRO ALEXANDRE KUHN – Processos Físicos						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até fev.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	05	08	07	01	01
Citação	91	92	88	102	11	06
Condução de Testemunha	07	07	03	03	00	00
Notificação	347	349	208	244	37	24
Penhora	167	168	84	98	16	19
Outros	105	71	67	114	09	05
Total	721	692	458	568	74	55

PEDRO ALEXANDRE KUHN - Processos Eletrônicos (PJe-JT)			
--	--	--	--



	Total em 2013	Total em 2014	Total em 2015 (até fev.)
	Devolvidos	Devolvidos	Devolvidos
Notificação	31	329	69
Mandado	24	160	43
Ofício	00	11	03
Total	55	500	115

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Canoas, sob a coordenação de Tiago Ruschel desde 12-02-2014, estão bem organizadas, em local amplo que, todavia, ainda pende de conclusão de obra para deslocar os oficiais de justiça para sala anexa.

A Coordenadoria de Controle tem vinculados a si nove servidores, quatro deles Técnicos Judiciários – Especialidade Segurança, restando cinco para laborar nos serviços próprios da Coordenadoria, incluindo uma função CJ1 (Coordenador) e duas FC4 (Assistente). Uma das servidoras (Maria Tereza Paredes) encontra-se em LTS (263 dias), projetando-se prorrogação desse afastamento em decorrência de cirurgia agendada, sendo cogitado pelo Coordenador a viabilidade de enquadrá-la como ‘extra quadro’, com lotação de servidor na Unidade, o que será diligenciado junto ao setor competente pela Vice Corregedora.

Na Central de Mandados, estão lotados oito Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.

Observou-se, quando da Inspeção Correcional, que, à exceção do oficial de justiça Pedro Alexandre Kuhn, todos os demais servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados participaram, em 2014, de eventos de capacitação, em média, 51,44 horas e 74,92 horas, por servidor da Coordenadoria e da Central de Mandados, respectivamente.

Verificou-se redução de 16,19% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013. Não houve evolução significativa no percentual de unificação de dados cadastrais das reclamadas (de 44,35% em 2013 para 44,61% em 2014), órgãos (de 94,85% para 94,87%) e advogados (de 48,97% para 49,74%) na comparação com os dados apurados na Inspeção Correcional anterior, devendo ser envidados esforços para a unificação total.

Observou-se a existência de processos em carga com advogados há mais de cinco meses cuja devolução, conforme esclareceu o Coordenador, vem sendo cobrada mediante contato telefônico, sendo necessária adoção de medida mais severa para assegurar a devolução dos autos.

Em relação à Central de Mandados, observou-se redução no número de mandados recebidos das Varas em 2014 na comparação com o ano de 2013 (-58,95%), considerados exclusivamente aqueles gerados em processos físicos. Aumentou, outrossim, o número de mandados recebidos oriundos de



processos eletrônicos, mesmo considerando exclusivamente os mandados distribuídos já cumpridos, uma vez que o sistema e-Gestão não recupera quantitativo de mandados distribuídos que ainda não foram cumpridos. Houve aumento de 12,66% no prazo médio geral para cumprimento dos mandados gerados em processos físicos e de 47,77% nos oriundos de processos eletrônicos, permanecendo acima do prazo legal de 9 dias, o que deve ser objeto de atenção.

Cresceu, em 2014, o número de mandados devolvidos em atraso.

Informou o Coordenador que na paralisação dos servidores, em 2014, houve adesão de três servidores da Coordenadoria no primeiro período e de dois servidores no segundo período; e da totalidade dos agentes de segurança e oficiais de justiça, que, todavia, observaram um sistema de revezamento para atender presença mínima legal.

Durante a Inspeção Correcional, o Coordenador informou quanto à existência de diversas demandas do Foro Trabalhista: **(a)** necessidade de instalação de cerca elétrica no muro que cerca o terreno do Foro, em especial na divisa com o terreno da antiga Metrovel; **(b)** pintura na parede da sala destinada aos oficiais de justiça, onde há marcas de infiltrações; **(c)** climatização no saguão do segundo piso do prédio em que localizadas as salas de audiência; **(d)** conserto e/ou troca do ar condicionado da sala de audiências da 5ª Vara do Trabalho, que não funciona; **(e)** corrigir vazamento do ar condicionado localizado no Arquivo; **(f)** consertar rachadura existente em coluna do átrio das salas de audiências, no segundo andar; **(g)** cobertura para duas vagas de estacionamento; **(h)** confecção de pedestal para colocação, no átrio do segundo andar, de escultura do artista Paulo Oliveira Irion.

A Diretora do Foro, por sua vez, manifestou interesse de que houvesse monitoramento por câmera, sugerindo realização de convênio com a Brigada Militar, além de apontar para a necessidade de realização de dedetização no prédio.

Foi dito pela Vice Corregedora que encaminharia as demandas do Foro Trabalhista de Canoas ao Diretor Geral, à SEMPRO e à SEGESP, para análise e providências.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos) – Recomenda-se que sejam envidados esforços no aumento dos índices de unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e de órgãos.

ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – **Determina-se** a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.3. (Tempo médio para cumprimento dos mandados) – **Recomenda-se** sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de penhora.



ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora do Foro, o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Canoas dia 23.3.2015, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Unidade Judiciária, tendo comparecido, para esse fim, o Advogado Luiz Carlos Chuvas (OAB/RS nº 6978), que elogiou juízes e servidores do Foro Trabalhista de Canoas e teceu considerações sobre priorização no pagamento de processos com trâmite preferencial; sobre o sistema SIMBA (Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias) e sobre as disposições do artigo 745 do CPC e sua incompatibilidade com o processo do trabalho.

Também compareceu a Sra. Janice Silva, do Diário de Canoas, para entrevistar a Vice Corregedora.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro Simone Oliveira Paese, pelo Coordenador Tiago Ruschel e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Vice Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice Corregedora Regional.

Carmen Gonzalez
Vice Corregedora Regional